



**ATA DO CONSELHO FISCAL DO APARECIDAPREV
COMPETÊNCIA AGOSTO DE 2024**

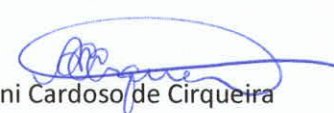
Os membros do Conselho Fiscal do Aparecidaprev, nomeados pelo Decreto "N" nº 649 de 14 de agosto de 2024, se reuniram nesta data, 25 de setembro de 2024 às nove horas, na sede do Instituto de Previdência, para receber as informações sobre a gestão do Instituto referente ao mês de agosto de 2024. A presente reunião tem como pauta os seguintes assuntos: apresentação, análise, para posterior aprovação, dos resultados da carteira das aplicações financeiras e atos administrativos de agosto de 2024; entrega para análise dos demonstrativos contábeis de agosto de 2024; exposição e argumentação oriundas das convocações definidas na última sessão extraordinária do Conselho Municipal de Previdência e outros assuntos correlatos. O presidente do Conselho Municipal de Previdência abriu a reunião após conferência do quórum. Em ato contínuo foi dada a palavra a nova presidente do Instituto para se apresentar aos conselheiros. Em seguida foi dada a palavra ao consultor Reiter Ferreira Peixoto para explanação sobre o resultado da carteira e o cenário econômico e as influências na carteira do Instituto. Foi demonstrada uma rentabilidade de 0,83% no mês, acumulando 5,66% no exercício até o mês de agosto. A meta para o mês era 0,40% e a meta acumulada para o período era de 6,32% no exercício. Embora o resultado da meta no período tenha sido positivo, no resultado acumulado, a rentabilidade ainda ficou abaixo da meta. O valor total do patrimônio financeiro do Instituto no mês de março foi de R\$ 832.301.556,53 (oitocentos e trinta e dois milhões, trezentos e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e três centavos) já inclusos os recursos da taxa administrativa. Foi demonstrado ainda sobre o enquadramento da carteira conforme a Resolução 4963, com todos os investimentos enquadrados dentro dos limites autorizados pela resolução e nos limites da política de investimentos do Instituto. Sobre o cenário econômico o consultor explicou sobre o cenário desafiador, com o país apresentando déficit fiscal que induz a uma cautela maior nos investimentos. Em seguida foi aberta a discussão sobre o investimento no Banco Master, que ocorreu à revelia das autorizações do CMP. A Presidente do Conselho Fiscal questionou sobre a possibilidade de resgate do investimento e se há prejuízo ao Instituto caso ocorra o resgate. O consultor informou que não há possibilidade de resgate, visto que foi assinado um contrato para investimento do recurso para um período de 10 anos. Diante do informado foi apresentado aos conselheiros que há uma proposta em análise para permuta do investimento por outra letra financeira de outra instituição. O consultor orientou que fosse feita uma consulta ao Tribunal de Contas e Secretaria de Previdência sobre a legalidade da transação. Em seguida o presidente do Conselho de Previdência passou a palavra ao Diretor Financeiro Kayo para apresentar as informações do relatório Financeiro e Administrativo. No relatório gerencial apresentado, tanto receitas quanto despesas são demonstradas pela competência da apuração dos valores. O relatório apresenta uma rentabilidade apurada no exercício de R\$ 44.114.208,63 (quarenta e quatro milhões, cento e quatorze mil, duzentos e oito reais e sessenta e três centavos). A receita total decorrente das contribuições soma no exercício R\$ 73.225.586,90 (setenta e três milhões, duzentos e vinte cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e noventa centavos) referente a 5.797 servidores contribuintes. Foram apresentados ainda detalhamento sobre os valores recebidos e pagos referente a compensação previdenciária. O valor total demonstrado com pagamento de



aposentadorias, pensões e salário família é de R\$ 29.503.243,57(vinte nove milhões, quinhentos e três mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e sete centavos).O mês de agosto fechou com 1.149 aposentados, 304 pensionistas e 05 beneficiários de salário família. A taxa administrativa acumulada é de R\$ 21.216.453,19(vinte um milhões, duzentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e dezenovecentavos).O presidente do CMP submete a votação do conselho a respeito dos relatórios apresentados. Os relatórios foram aprovados, com voto do Conselheiro Mauro aprovando com ressalva quanto ao investimento não autorizado no Banco Master. Em seguida o presidente submeteu a votação a possibilidade proposta de troca de uma letra financeira do Banco Master por outra do Banco do Nordeste que atende aos critérios do Conselho Municipal de Previdência. Todos os membros aprovaram a possibilidade de troca da letra financeira. Em seguida o presidente solicitou a conselheira Keila que apresentasse a consulta solicitada na última reunião sobre a subordinação do Instituto de Previdência à Secretaria da Fazenda. A membro entregou uma resposta sobre a consulta jurídica, mas explicou que não encontrou nenhuma norma jurídica que estabelecesse essa subordinação. Em seguida o presidente passou para a pauta das convocações para explicar sobre o investimento no Banco Master, objeto de discussão na reunião extraordinária. Diante da ausência do Ex-presidente passou-se a ouvir o diretor financeiro Kayo e o consultor Reiter sobre a operação financeira em análise. Foi colocado para votação se seriam ouvidos em conjunto ou separado. Foi decidido ouvir todos juntos. O conselheiro Joaci iniciou as perguntas. O consultor manifestou não saber da operação antecipadamente. O Kayo explicou que começou sobre o interesse da administração em credenciar o banco Master e que depois que houve alteração na lista exaustiva do Ministério da Previdência o presidente do Instituto à época optou por fazer o investimento pela oportunidade do próprio investimento. O diretor financeiro alega que alertou ao Presidente que o investimento não tinha aprovação do conselho. O diretor afirmou que fez as cotações e passou para o presidente que autorizou a transação. O presidente do Conselho pediu ao diretor financeiro se todas as suas decisões são subordinadas ao presidente do Instituto. O diretor financeiro informou que sim. Houve outros questionamentos que foram respondidos pelo diretor financeiro e pelo consultor presente. Ao final foi decidido pela maioria dos membros que a dra. Keila fará uma pesquisa sobre qual a responsabilidade do ex-presidente em descumprir políticas aprovadas pelo Conselho Municipal de Previdência. Quanto aos dados e informações apresentadas nos relatórios entregues a Este Conselho Fiscal, fica decidido que será apresentado posteriormente relatório demonstrativo com análise comparativa e demonstrativa das informações atuais com as anteriores, ficando a aprovação das informações para momento posterior. O relatório será entregue na próxima reunião. Sendo só para o momento, a Presidente encerra a presente ata, que segue assinada pelos membros presentes.



Jean Jacques Martins Bastos
Membro do Conselho Fiscal



Alzeni Cardoso de Cirqueira
Pres. Do Conselho Fiscal



Clayton Cesar Silva
Membro do Conselho Fiscal